

Do Eximbank ao “Clube de Paris”

O noticiário econômico de nossa edição de ontem trazia duas informações que reputamos importantes e que não podem ser desvinculadas uma da outra. A primeira dizia que o Eximbank está disposto a oferecer, no próximo ano fiscal, uma linha de crédito especial, no valor de um bilhão e meio de dólares; a segunda dizia que o Brasil consultou o “Clube de Paris” para ver se pode iniciar o processo de negociação da dívida externa, de governo a governo. Cumpre entender estas duas notícias que vêm comprovar o que havíamos dito a respeito da renegociação da dívida externa, que desta vez envolveria os governos credores, dando novas dimensões aos esforços em prol do saneamento da situação cambial.

Para entender-se o clima que cerca atualmente a questão da renegociação da dívida externa brasileira, convém pensar nas sérias dificuldades decorrentes da total falta de liquidez internacional, que independem do excelente resultado que o País obteve na balança comercial. Com efeito, ao contrário do que ocorria no passado, o saldo da balança comercial, em termos de *cash flow*, é notoriamente inferior ao saldo contábil (*accrual basis*). A razão disto são as dificuldades que se deparam ao financiamento das importações e das exportações nacionais e que obrigam o País a restringir suas compras no Exterior a um ponto tal que se configura séria ameaça ao desenvolvimento econômico nacional.

Por outro lado, os governos dos países industrializados começam a tomar consciência de que um país como o Brasil — que muitas vezes se tem incluído entre seus clientes tradicionais e importantes — não pode, por causa de sua dívida externa, afundar-se numa recessão que já vem ocasionando tensões sociais graves. A tentati-

va de resolver o problema do desequilíbrio cambial por meio de negociações com os bancos comerciais credores, contando com o aval, puramente moral, do FMI, afigura-se vã. A solução dos problemas brasileiros exige acordos entre governos, tem de ser encontrada no âmbito internacional.

À luz deste contexto, pode-se entender melhor a proposta do Eximbank norte-americano, que, sob reserva de algumas condições (entre as quais a aprovação do Congresso de Washington), abriria em favor do Brasil, no próximo exercício fiscal, a iniciar-se a 1º de outubro deste ano, uma linha suplementar de crédito, no valor de 1,5 bilhão de dólares. Com esse empréstimo — a ser usado somente para a compra de produtos norte-americanos —, o Eximbank (vale dizer, o governo dos Estados Unidos) pretende arcar, em parte, com o papel que desempenhavam os bancos comerciais, antes de restringir suas linhas de crédito, para que o Brasil possa manter um conveniente fluxo de importações e, naturalmente, para não perder o mercado brasileiro, que após ter absorvido, em 1981, produtos norte-americanos no valor de 3,7 bilhões de dólares, absorveu no ano passado somente 3,4 bilhões e, provavelmente, absorverá no presente exercício menos de 2,8 bilhões.

Além da aprovação pelo Congresso, o Eximbank apresenta outras condições que merecem destaque: a aprovação do FMI ao novo programa de ajustamento do governo brasileiro, a participação dos bancos comerciais com recursos adicionais para financiar as importações do Brasil e o compromisso, a ser assumido por outros países credores, de participar de financiamentos semelhantes.

Antes mesmo de analisar essas condições, importa ressaltar que os financiamen-

tos propostos pelo Eximbank representam cerca de 50% das exportações dos Estados Unidos para o Brasil e que seu montante equivale ao saldo atual dos empréstimos que nosso país obteve no curso de vários anos. Note-se que se exige o aval moral do FMI — o que vem mostrar claramente, ao contrário do que pensam alguns, não ser possível ao Brasil renegociar sua dívida externa rompendo com o organismo internacional. O governo de Washington entende que deve agir como um catalisador no tocante à obtenção de novos empréstimos dos bancos comerciais. Demonstra confiança nos destinos do Brasil e trata de convencer os bancos privados, que, desse modo, terão o endosso moral do Eximbank. Finalmente, a Casa Branca, com essa operação, convida diretamente os outros países a mobilizar-se para ajudar o Brasil a sair do *impasse* em que se encontra. De resto, cumpre lembrar que a proposta do Eximbank vem à tona no momento em que o Brasil cuida de formalizar seu propósito de recorrer ao “Clube de Paris”, isto é, de renegociar também sua dívida com o Eximbank.

O engajamento do governo norte-americano nesse processo parece-nos um trunfo importante para o Brasil, neste momento em que nosso governo se prepara para entabular negociações com o “Clube de Paris”. Como já assinalamos, ao entrar nesta nova fase de conversações acerca da dívida externa, surge a oportunidade de imprimir novos rumos a essa espinhosa questão. Na verdade, somente no “Clube de Paris” poderá realmente o Brasil tentar negociar o pagamento dos juros e conferir cunho político aos entendimentos. Até agora, só indiretamente se exercia a pressão oficial sobre os bancos privados.